

**EDITAL N.º 110/2023 – DAF/SACM**

DR. FRANCISCO MANUEL FIRMINO DE JESUS,
Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

FAZ PÚBLICO Que, nos termos do n.º 1 do art.º 56.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, hoje realizada, foram tomadas as seguintes deliberações:

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes da Ordem do Dia a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Senhor Vereador Dr. José Henrique Peralta Polido, por se encontrar de férias.

Ainda antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou que o Senhor Vereador Dr. José Henrique Peralta Polido, por se encontrar de férias, apresentou pedido de substituição, nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, tendo a vaga sido preenchida, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do referido diploma, pela Senhora Dr.ª Sara Raquel Marques Almeida Pereira.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

O Senhor Presidente deu conhecimento do seguinte despacho por si proferido:

• Elementos que compõem a Secção Autónoma de Avaliação do Pessoal não Docente da Câmara Municipal de Sesimbra – para o ciclo avaliativo 2020/2021 – Despacho n.º 35.991/Presidente.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

• Do Serviço de Contabilidade a enviar a 16.ª Alteração/Permutativa ao Orçamento de 2023 e 16.ª Alteração/Modificativa às Grandes Opções do Plano ano de 2023, documentos aprovados pelo respetivo Vereador.

• Do Serviço de Contabilidade a enviar a 17.ª Alteração/Permutativa ao Orçamento de 2023 e 17.ª Alteração/Modificativa às Grandes Opções do Plano ano de 2023, documentos aprovados pelo respetivo Vereador.

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**REQUERIMENTOS E PROCESSOS**

Viabilidade para construção de 2 moradias – pedido de informação prévia – parecer desfavorável – Estrada do Cabo Espichel – Azoia – André de Faria

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

Face ao parecer técnico desfavorável e porque o requerente não se pronunciou no prazo indicado,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer desfavorável à pretensão do requerente, uma vez que a proposta não cumpre a STP possível para o terreno, assim como não cumpre a faixa non aedificandi da via N2.

De acordo com o PDM, o terreno tem uma capacidade construtiva de 460,00 m2, a proposta tem uma STP de 508,81 m2.

Deliberação n.º 464: Aprovado, por unanimidade.

Viabilidade para alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2007 – pedido de informação prévia – parecer desfavorável – Fonte da Telha, lotes 42 e 43 – Sesimbra – Curiosaproeza, Ld.ª

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

Face ao parecer técnico desfavorável e porque o requerente não se pronunciou no prazo indicado,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer desfavorável à pretensão do requerente, uma vez que o acesso automóvel ao lote não se pode processar como proposto. Por outro lado, há a questão relacionada com a imagem de conjunto, ou seja, não se poderá aceitar que haja alteração do projeto apenas em dois lotes da banda, sob pena da mesma ser desvirtuada

Deliberação n.º 465: Aprovado, por unanimidade.

Obras novas – construção de moradia, piscina e muro – arquitetura – Rua dos Pescadores, Serra da Azoia – Azoia – Sylvie Rabain

(Presidente - Pelouro do Ordenamento do Território)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar, condicionado* o projeto de arquitetura, com as características e condicionalismos descritos na presente proposta.

Características

Uso – Habitação (Moradia T8)

STP – 566,63 m2

N.º pisos – 1

Deliberação n.º 466: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Rua Amadeu Sousa Cardoso – Almoinha – Cabeça de Casal da Herança de Margarida Gaboleiro

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido da requerente.

Área total 49.356,00 m2

Área a destacar 3.911,00 m2

A propriedade face ao plano encontra-se abrangida por Espaço Residencial, Espaço de Transição e Espaço Agrícola/Florestal.

Deliberação n.º 467: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer favorável – Alfirim – Maria Clarinda Jacinto Cabeça de Casal da Herança de Rita Casaca Caiado

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à pretensão.

(ampliação do número de compartes de 15 para 34)

Deliberação n.º 468: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer favorável – Vale Negro – Caixas – Orlando Marques

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à pretensão.

(2 compartes)

Deliberação n.º 469: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 7/04, lotes 48 e 49 – Alto das Vinhas – Cresphouse, Ld.ª, Gustavo Fama e Ana Rita Logrado

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

O presente pedido incide exclusivamente sobre os lotes nº 48 e 49, contemplando a alteração da entrada automóvel nestes lotes e consequentemente a alteração do número total de lugares de estacionamento público

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto às características do loteamento:

Áreas de Cedência ao Domínio Público:

- Estacionamento: passa de 3.600,00 m2 para

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Francisco Jesus (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginações Hugo Flório | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



3.525,00m2;

- Passeios: passa de 6.224,72 m2 para 6.299,72m2; N.º total de lugares de estacionamento públicos: passa de 240 lugares para 235 lugares; São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos referentes ao loteamento.

Quanto às características dos lotes:

São mantidos todos os parâmetros urbanísticos referentes aos lotes em causa.

Deliberação n.º 470: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 17/94, lote 6 – indeferimento – Rua das Palmeiras – Almoinha – Josilmar Teixeira

(Presidente - Pelouro de Planeamento e Gestão Urbanística)

Trata o presente requerimento de um pedido de alteração ao alvará de loteamento, ao qual foi emitido parecer desfavorável, do qual o requerente foi notificado através do nosso ofício n.º 11115, datado de 02/09/2022, para se pronunciar nos termos dos art.ºs 121.º e 122.º do CPA.

Foi apresentada alegação através do reqt.º n.º 36902, de 19/10/2022, mas após análise dos elementos entregues, verificou-se que em nada alterou o sentido do anterior parecer,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, INDEFERIR a pretensão com base na alínea b) do n.º 2 do art.º 24.º do RJUE, na medida em que a proposta constituiu uma sobrecarga para as infraestruturas existentes, nomeadamente para a rede viária e estacionamento que servem o loteamento.

Deliberação n.º 471: Aprovado, por unanimidade.

Determinação do nível de conservação do imóvel sito no Largo D. Nuno Alvares Pereira, n.º 4 – Vila de Sesimbra – vistoria – Mário Ribeiro (Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere determinar o nível de conservação do referido imóvel como MAU, em conformidade com o auto da vistoria realizada no dia 22 de março de 2023.

Deliberação n.º 472: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

Opção gestonária 2023 – alteração de posicionamento remuneratório – aprovação

(Vice-Presidente - Pelouro de Recursos Humanos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no art.º 158.º da LTFP, que o universo onde as alterações de posicionamento devem ter lugar abrangia todos os trabalhadores de todas as carreiras e categorias, desde que verificados os pressupostos estabelecidos no art.º 156.º daquele diploma, nos seguintes termos:

Dotação inicial aprovada pela Câmara Municipal: 514.000,00€

Montantes e universo de trabalhadores a abranger pela opção gestonária, em 2023:

Carreira/Categoria	Montante €
Técnico Superior	180.000,00 €
Assistente Técnico	85.000,00 €
Assistente Operacional	240.800,00 €
Informática	8.200,00 €
Total	514.000,00 €

Deliberação n.º 473: Aprovado, por unanimidade.

Reserva de recrutamento – técnico superior – GMV – ref.º F/2021

(Vice-Presidente - Pelouro de Recursos Humanos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere o recrutamento de 1 Técnico Superior (Medicina Veterinária), através do recurso à reserva de recrutamento constituída na sequência da homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal identificado com a Ref.º F/2021, aberto pelo aviso (extrato) n.º 21576/2021, publicada no Diário da República, II série, n.º 222, de 16/11/2021, e publicitado na Bolsa de Emprego Público na mesma data.

Deliberação n.º 474: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – emissão de parecer prévio

(Presidente - Pelouro de Recursos Humanos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração do seguinte contrato de prestação de serviços:

- Aquisição de serviços de assessoria técnica para a criação de projetos na área pedagógica performativa (Informação n.º 14907, de 17/03/2023);

Deliberação n.º 475: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Criação da Biblioteca Municipal – Pólo de Leitura da Quinta do Conde – obra – abertura de concurso público simplificado – júri – nomeação (Presidente - Pelouro de Projetos Municipais de Gestão e Fiscalização de Obras)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere:

- Decidir contratar a empreitada de “Criação da Biblioteca Municipal – Polo de leitura da Quinta do Conde - Obra”;

- Adotar o procedimento de concurso público simplificado por estar em causa a execução de uma empreitada que se destina à Criação da Biblioteca Municipal – Polo de Leitura da Quinta do Conde, que visa suprir a necessidade de se ter um serviço de leitura pública, na freguesia da Quinta do Conde.

- Fixar o preço base em 1 763 375,83 €;

- Fixar o prazo de execução da empreitada em 550 dias;

- Determinar, que o prazo de obrigação de manutenção das propostas seja de 270 dias;

- Aprovar as peças do procedimento, isto é, o programa de concurso e o caderno de encargos;

- Designar, para condução do procedimento o júri composto pelos seguintes elementos:

Membros efetivos

Presidente – Ana Mafalda Marques Frade, Eng.ª

Vogal – Ricardo Jorge Anunciação Ramalhosa, Eng.º;

Vogal – Carmen Sofia Pereira Rosa, Dr.ª.

Membros suplentes

Ricardo André Soromenho Pólvora, Eng.º;

Marinho José Loureiro Pinto, Arqt.º

- Que os esclarecimentos sejam prestados pelo júri;

Deliberação n.º 476: Aprovado, por unanimidade.

Contratação da prestação de serviços de seguros para os anos 2024 e 2025 – abertura de concurso público – início do procedimento e retificação da deliberação de 5.julho.2023 – ratificação (Presidente)

(Vereador - Pelouro de Administração e Finanças)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho de 20.julho.2023 que aprova:

- dar início ao procedimento com a publicação imediata do respetivo anúncio.

- retificar a deliberação de 05.julho.2023, nos seguintes termos:

Onde se lê: “7- Nos termos do n.º 2 do art.º 40.º CCP, seja elaborado o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e Minuta do Anúncio.”

Deve ler-se: “7- Nos termos do n.º 2 do art.º 40.º CCP, seja aprovado o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e Minuta do Anúncio.”

Deliberação n.º 477: Aprovado, por unanimidade.

Nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde – resposta aos pedidos de esclarecimentos e listas de trabalhos de suprimento de erros e omissões – peças e prorrogação do prazo de apresentação das propostas – aprovação

(Presidente - Pelouro de Projetos Municipais de Gestão e Fiscalização de Obras)

Considerando a informação técnica n.º 37885, de 19/07/2023 da Unidade Técnica de Gestão e Fiscalização de Obras

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar o seguinte:

1 - aceitar os trabalhos de suprimentos de erros e omissões conforme assinalados no mapa de quantidades (final) correspondente ao anexo 17;

2 - a resposta a esclarecimentos assinada pelo Arqt.º Mário Namora em 11/07/2023 (ARSLVT-DIE); as cinco peças desenhadas revistas e a informação técnica complementar relativa ao sistema de AVAC, correspondentes aos anexos 10 a 16;

3 - proceder à prorrogação do prazo para apresentação das propostas por mais 36 dias passando o prazo de 42 dias para 78 dias.

4 - disponibilizar os esclarecimentos prestados, as retificações efetuadas e os suprimentos dos erros e omissões na plataforma eletrónica junto às peças processuais, notificando-se todos os interessados;

5 - publicar a decisão de prorrogação do prazo para apresentação das propostas;

Deliberação n.º 478: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito para o festival de verão “Super Bock Super Rock” – aprovação – ratificação (Presidente)

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Presidente de 7 de julho de 2023 que autorizou o corte de trânsito nos dias 13, 14, e 15 de julho, de acordo com a informação n.º 36677/2023 e do edital n.º 98/2023, necessário para a realização do Festival de Verão “Super Bock Super Rock”.

Deliberação n.º 479: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito para a realização do IV Encontro Equestre, em Alfarrim – aprovação – ratificação (Presidente)

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Presidente de 18 de julho de 2023 que autorizou o corte de trânsito no dia 22 de julho, de acordo com a informação n.º 37.745/2023 e do edital n.º 101/2023, necessário para a realização do IV Encontro Equestre – Alfarrim “Tradição e Ruralidade”.

Deliberação n.º 480: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito para a realização do II Desfile Etnográfico “Tradição e Ruralidade”, em Alfarrim – aprovação – ratificação (Presidente)

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Presidente de 20 de julho de 2023 que autorizou o corte de trânsito no dia 22 de julho, de acordo com a informação n.º 37.745/2023 e do edital n.º 101/2023, necessário para a realização do II Desfile Etnográfico “Tradição e Ruralidade”, em Alfarrim – Alfarrim “Tradição e Ruralidade”.

Deliberação n.º 480: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito para a realização do II Desfile Etnográfico “Tradição e Ruralidade”, em Alfarrim – aprovação – ratificação (Presidente)

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho de 20.julho.2023 que aprova:

1 - aceitar os trabalhos de suprimentos de erros e omissões conforme assinalados no mapa de quantidades (final) correspondente ao anexo 17;

2 - a resposta a esclarecimentos assinada pelo Arqt.º Mário Namora em 11/07/2023 (ARSLVT-DIE); as cinco peças desenhadas revistas e a informação técnica complementar relativa ao sistema de AVAC, correspondentes aos anexos 10 a 16;

3 - proceder à prorrogação do prazo para apresentação das propostas por mais 36 dias passando o prazo de 42 dias para 78 dias.

4 - disponibilizar os esclarecimentos prestados, as retificações efetuadas e os suprimentos dos erros e omissões na plataforma eletrónica junto às peças processuais, notificando-se todos os interessados;

5 - publicar a decisão de prorrogação do prazo para apresentação das propostas;

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Presidente de 18 de julho de 2023 que autorizou o corte de trânsito no dia 23 de julho, de acordo com a informação n.º 38007/2023 e do edital n.º 102/2023, necessário para a realização do II Desfile Etnográfico – Alfarrim “Tradição e Ruralidade”.

Deliberação n.º 481: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito e proibição de estacionamento para os festejos de Carnaval de Verão – aprovação – ratificação (Presidente)

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Presidente de 21 de julho de 2023 que autorizou o corte de trânsito e o seu condicionamento nos dias 27, 28, 29 e 30 de julho, de acordo com a informação n.º 38962/2023 e do edital n.º 107/2023, necessário para a realização dos Festejos do Carnaval de Verão – Sesimbra.

Deliberação n.º 482: Aprovado, por unanimidade.

Travessa Alto do Casalão, na Corredoura – 2.ª alteração de trânsito a título experimental – aprovação

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

Considerando a fundamentação da informação n.º 39129/2023/UTTRV, na qual se identifica a necessidade de garantir a circulação rodoviária e pedonal em segurança na Travessa Alto do Casalão,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a implementação a título experimental passando a dois sentidos de circulação apenas a zona mais larga do arruamento, conforme planta anexa, permitindo assim a entrada e saída das viaturas nos números 12 e 14.

Deliberação n.º 483: Aprovado, por unanimidade.

Estacionamento para deficiente motor na Avenida 1.º de Maio, lote 15, na Quinta do Conde – isenção de taxa – atribuição

(Presidente - Pelouro de Obras Municipais)

Considerando os pareceres técnicos e o Relatório da DHASS,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir a isenção de pagamento da taxa de estacionamento, pelo período de um ano.

Deliberação n.º 484: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de vistorias para efeitos de certificação de propriedade horizontal – nomeação (Presidente - Pelouro do Ordenamento do Território)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a respetiva composição:

- um membro do DOTU – Arquitetura;

- um membro do DOTU – Engenharia;

- um membro da DAJ – Jurista;

A designar aquando do respetivo pedido de certificação.

Deliberação n.º 485: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de vistorias para determinação do nível de conservação de edifícios – alteração (Presidente - Pelouro do Ordenamento do Território)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar que a comissão seja constituída por 3 técnicos do DOTU – (2 arquitetos e 1 engenheiro), a indicar pelas chefias em sede do procedimento.

Deliberação n.º 486: Aprovado, por unanimidade.

Delegação de competências no domínio da educação – acordo de revogação dos contratos celebrados – minuta – aprovação

(Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

(...)

A assembleia Municipal autorizou, por deliberação de 12/07/2023, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a revogação dos contratos de delegação de competências relativos ao ano letivo de 2022/2023.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do acordo de revogação dos Contratos de Delegação de Competências.

Deliberação n.º 487: Aprovado, por unanimidade.

Habitação Municipal de Sesimbra – resolução do contrato de arrendamento, relativo ao fogo sito no Largo Almirante Gago Coutinho, n.º 16, 2.º esq.º, na Vila de Sesimbra – Sélcia Elvira Fortunato

(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)

Face aos factos enunciados na informação n.º 34.349, de 28 de junho de 2023,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento para resolução do contrato de arrendamento com a D. Sélcia Elvira Saraiva Fortunato, inquilina municipal.

Deliberação n.º 488: Aprovado, por unanimidade.

Regata de aiolas a 2 remadores’2023 – ofertas – aceitação – projeto, normas e parceiros locais – aprovação

(Presidente - Pelouro do Desporto)

Desde setembro de 1984 que a Câmara Municipal de Sesimbra chamou a si a responsabilidade de manter viva a tradição de se organizar uma Regata de Aiolas, tendo contado com a prestimosa colaboração do Clube Naval de Sesimbra desde o primeiro momento.

Na organização da regata, que este ano se realiza no dia 24 de setembro de 2023, pelas 11 horas na Baía de Sesimbra, pretendemos estabilizar a participação, havendo, contudo, fatores externos como a indisponibilidade de embarcações, as condições meteorológicas no início do outono, que podem condicionar os objetivos definidos.

Contactados alguns agentes económicos locais no sentido de colaborarem com o evento de forma de incentivar a uma maior participação de remadores, os restaurantes “O Canhão II”, “O Velho e o Mar” e a “Marisqueira O Farol”, com a oferta de 4 almoços ou 4 jantares para as tripulações vencedoras de escalão, além do Intermarché de Santana, com a oferta de águas e outros bens de apoio à prova, que tem um orçamento de despesa provisional de €2.490,00.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere a aceitação das doações, a aprovação do projeto, seu orçamento de despesa e as normas de participação.

Deliberação n.º 489: Aprovado, por unanimidade.

Travessia da Baía de Sesimbra’2023 – ofertas – aceitação – projeto e valores de inscrição – aprovação

(Presidente - Pelouro do Desporto)

A Travessia da Baía de Sesimbra é uma das maiores provas de Natação de Águas Abertas do país. A Edição de 2023 integrará novamente o Circuito Nacional de Águas Abertas, sendo a penúltima prova.

Nesta edição contamos com o apoio da Simarsul

e do Intermarche.

A prova da Travessia da Baía irá realizar-se no dia 5 de outubro,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere a aceitação das doações, a aprovação do projeto e dos valores a cobrar no ato de inscrição por cada nadador, havendo discriminação positiva para os atletas residentes no município de Sesimbra, com uma taxa de valor de inscrição menor, como estímulo à participação de sesimbrenses:

- Inscrição na Travessia da Baía - 15€ após 25 de setembro 20€

- Inscrição de Atleta residente no concelho de Sesimbra na Travessia é 12€ após 25 de setembro 17€

A prova tem um orçamento estimando de 12.480,00€ como descrito no projeto em anexo, sendo que 3.200€ de subsídio eventual deste orçamento já foi aprovado no ano transato à Associação de Natação de Lisboa através do contrato-programa celebrado com esta associação.

Deliberação n.º 490: Aprovado, por unanimidade.

Projeto Lança-te – bolséis do Spot Jovem – abertura de 2 vagas suplementares e atribuição de bolsas – aprovação

(Presidente - Pelouro da Juventude)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere:

- aprovar a criação de 2 vagas para jovens monitores do Spot Jovem

- atribuir aos 2 jovens, bolsas que perfazem um valor total de 4.000,00€

Jovens entre os 18 e os 30 anos, por um período de 20 semanas, entre agosto e dezembro, com o objetivo de dinamização do Spot Jovem e zona envolvente do Parque Augusto Pólvora, e a atribuição de uma bolsa semanal no valor de 100€. Prevê-se, ainda, que todos os Bolséis selecionados tenham direito a seguro de acidentes pessoais, formação inicial de frequência obrigatória e acompanhamento técnico permanente e, no final, diploma de participação.

Deliberação n.º 491: Aprovado, por unanimidade.

Centro Paroquial do Castelo de Bem Estar Social de Sesimbra – alimentos adquiridos e fornecimento de refeições confeccionadas no âmbito do apoio à Casa do Povo de Sesimbra – subsídio eventual

(Vice-Presidente - Pelouro da Ação Social)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no montante de 2.200,00€, correspondente a alimentos adquiridos e fornecimento de refeições confeccionadas, em resposta a algumas crianças em idade de pré-escolar, após o fecho total da Casa do Povo de Sesimbra.

Deliberação n.º 492: Aprovado, por unanimidade.

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho – apoio a aluno para frequência na componente de apoio à família – junho – subsídio eventual

(Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 50,00€, referente ao mês de junho, para apoio a um aluno cujo agregado familiar evidenciou carência extrema.

Deliberação n.º 493: Aprovado, por unanimidade.

Agrupamento de Escuteiros 325 do CNE – programa de apoio ao associativismo sesimbrense

- peregrinação a Santiago de Compostela – subsídio eventual
(Presidente - Pelouro da Juventude)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 2.500,00€, para a realização de uma atividade escutista, Peregrinação a Santiago de Compostela, de 2 a 9 de setembro de 2023.
Apoio para participar nas despesas de transportes, prémios e alimentação.
Deliberação n.º 494: Aprovado, por unanimidade.

Agrupamento de Escuteiros 718 do CNE – programa de apoio ao associativismo sesimbrense – atividade escutista a Cabo Verde – subsídio eventual
(Presidente - Pelouro da Juventude)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 2.180,00€, para a realização de uma atividade escutista a Cabo Verde, na Ilha do Sal, de 25 de agosto a 4 de setembro de 2023.
O apoio financeiro para participar bilhetes de avião, respetivas taxas de transporte de materiais, passaportes e alimentação.
Nesse período irão realizar uma missão de âmbito social, que passará pela dinamização de ateliês, formação a crianças e pequenos serviços de manutenções da sua escola.
Deliberação n.º 495: Aprovado, por unanimidade.

Surf Clube de Sesimbra – programa de apoio ao associativismo sesimbrense – aquisição de material de surf – subsídio eventual
(Presidente - Pelouro da Juventude)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 1.259,75€, destinado a fazer face aos custos na aquisição de material indispensável à realização da sua atividade: fatos de surf, pranchas de stand up paddle e pranchas de body board.
Deliberação n.º 496: Aprovado, por unanimidade.

III.PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrado o Período da Ordem do Dia, foi aberto o período de intervenção ao público, intervindo a munícipe Senhora D. Maria José Polido Rodrigues, natural de Alfarrim, emigrante em Inglaterra há 23 anos, para dizer que tinha comprado uma moradia nos Fornos há 10 anos e que há dois anos que tentava resolver a possibilidade da construção de uma piscina, por ter problemas de saúde, mas que não era possível a autorização da Câmara Municipal porque passavam por cima da sua propriedade cabos de média tensão.
Referiu que contactou a E-Redes tendo sido informada que a solução seria desviar o poste, mas que não tinha capacidade financeira para o fazer, pelo que veio solicitar ajuda por parte da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente respondeu à munícipe que, por desconhecer o assunto, iria junto dos serviços verificar qual a possibilidade de a Câmara Municipal poder ajudar na resolução da sua situação.

IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – aprovação
Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares habituais estabelecidos na lei, por 5 dias úteis dos 10 dias subsequentes à data do presente.

Sesimbra e Paços do Município, aos 02 de agosto de 2023.

O Presidente da Câmara,
Dr. Francisco de Jesus.

EDITAL N.º 116/2023 – DAF/SACM

DR.ª FELÍCIA MARIA CAVALEIRO DA COSTA, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

FAZ PÚBLICO Que, nos termos do n.º 1 do art.º 56.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, hoje realizada, foram tomadas as seguintes deliberações:

I.PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes da Ordem do Dia a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas do Senhor Presidente Dr. Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Vereadora Dr.ª Maria Argentina Amiano Marques, por se encontrarem de férias.
Ainda antes da Ordem do Dia, a Vice-Presidente da Câmara Municipal comunicou que haviam sido apresentados pedidos de substituição, nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, tendo as vagas sido preenchidas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do referido diploma, pela Senhora Dr.ª Sara Raquel Marques Almeida Pereira e pelo Senhor Tiago Alexandre Cadete Marcelino.

INFORMAÇÕES - DECISÕES DO PRESIDENTE

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:
• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 4 e 28 de julho e de 2 de agosto de 2023.

INFORMAÇÕES – DECISÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Do Serviço de Contabilidade a enviar a 18.ª Alteração/Permutativa ao Orçamento de 2023 e 18.ª Alteração/Modificativa às Grandes Opções do Plano ano de 2023, 2024 e 2025, documentos aprovados pelo respetivo Vereador.
- Do Serviço de Contabilidade a enviar a 19.ª Alteração/Permutativa ao Orçamento de 2023 e 19.ª Alteração/Modificativa às Grandes Opções do Plano ano de 2023, 2024 e 2025, documentos aprovados pelo respetivo Vereador.

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Do Serviço de Contabilidade a remeter relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços através do fundo de manuseio durante o mês de julho de 2023.

Ainda antes da Ordem do Dia a Vice-Presidente da Câmara Municipal perguntou aos Senhores Vereadores se tinham informações a prestar ou

pretendiam abordar algum assunto de interesse para a autarquia, intervindo todo o Executivo.

II.PERÍODO DA ORDEM DO DIA

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

Obras novas – construção de 2 moradia, 2 piscina e muro – arquitetura – Zambujal – Maria Isabel Lourenço
(Vice-Presidente)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar, o projeto de arquitetura, com as condições e condicionamentos descritos na presente proposta.

Proposta
STP moradia 1 – 212,90 m2
STP moradia 2 – 234,60 m2
STP total – 447,50 m2
N.º pisos – cave + 2 (M1) e 2 (M2)
N.º fogos – 2
Tipologia – moradia unifamiliar isolada
Piscinas – 2 (64,10 m2)
N.º lugares de estacionamento privados – 4 (2 por fogo)
Cedência para domínio público – 61,00 m2
Deliberação n.º 497: Aprovado, por unanimidade.

Obras novas – construção de edifício industrial – licenciamento (deliberação final) – loteamento industrial no Zambujal – Rua Serra do Zambujal, lote 24 – Zambujal – Dagol, Ld.ª

(Vice-Presidente)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar, condicionado, o pedido de licenciamento referente à operação urbanística em causa.

Caraterísticas
Área do lote 24 – 6.672,16 m2 (de acordo com a alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2007 aprovada pela Câmara em 09/11/2022)

STP indústria – 3.235,75 m2
Área de implantação – 3.235,75 m2
N.º Pisos – 1
Altura máxima da construção – 9,10 m
Uso - Industrial
N.º lugares de estacionamento privado - ligeiros – 45 (sendo 1 acessível)
N.º de lugares de estacionamento privado - pesados – 7
Índice de solo permeável – 12,5 %
Deliberação n.º 498: Aprovado, por unanimidade.

Obras novas – construção de condomínio de 6 moradias, 6 piscinas e muros – licenciamento (deliberação final) – Aldeia Nova da Azoia – Boa Esperanza, Ld.ª

(Vice-Presidente)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere: - deferir o pedido de licenciamento da construção em causa, com as seguintes especificações:

STP habitação – 1326,24m2
N.º Pisos – 1 + cave
N.º fogos – 6 (6 piscinas)
N.º lugares de estacionamento privados – 12
N.º de lugares de estacionamento público – 2
- Fixar o prazo de 24 meses para a execução da obra.

- Há lugar à compensação de 378,00 m2 de área em falta (168,00 m2 relativo a espaços verdes e de utilização coletiva e de 210,00 m2 de equipamento de utilização coletiva) uma vez que estamos perante uma operação urbanística com impacto semelhante a loteamento.

Deliberação n.º 499: Aprovado, por unanimidade.

Constituição de compropriedade – emissão de parecer favorável – Aldeia do Meco – Carlos Cruz (Vice-Presidente)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à pretensão. (aumento de 1 para 2 compartes, por motivo de doação)
Deliberação n.º 500: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 7/02, (novo licenciamento) – Corredoura – Construções Imobiliária Casalão, Ld.ª – rejeição liminar (Vice-Presidente)

Tendo o presente pedido dado entrada nesta Câmara Municipal em 15/10/2019, verifica-se que até à presente data não foi apresentada resposta ao ofício de aperfeiçoamento n.º 3383, de 30/03/21.

Foi solicitado pedido de prorrogação do prazo por 90 dias (deferido em 30/07/2021), no entanto, após ultrapassado o novo prazo, o procedimento encontra-se parado há mais de seis meses.

Atendendo ao exposto no parecer técnico de arquitetura,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere a rejeição liminar do pedido de novo licenciamento (Req. n.º 4970 de 15/10/2019), nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do RJUE.

Deliberação n.º 501: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 18/82, lote n.º 113-I – Quintinha – Ana Cunha (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 113-I, contemplando a alteração do índice de implantação do lote.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto às características do loteamento: São mantidos todos os parâmetros urbanísticos.

Quanto às características do lote 113-I

- Área do lote mantém-se;

- Dimensão do lote mantém-se;

- Área de construção do lote (STP) mantém-se;

- Tipo de construção mantém-se;

- Número de pisos máximo mantém-se;

- Índice de implantação passa de 2 pisos, 0,2; 1 piso, 0,4; para 0,4.

(o índice de implantação do lote passa para 0,4 independentemente do número de pisos a edificar)

Deliberação n.º 502: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 7/90, no que respeita à área de cedência – Zambujal – CASCUZ (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre a área de cedência de 2.665,00m² para equipamento, para emparcelamento desta área, no lote n.º 16 do alvará de loteamento n.º 06/1986 destinado a Equipamento Social.

É alterada a área do loteamento.

São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos anteriormente aprovados.

É alterada a planta síntese do alvará de loteamento.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida, nos seguintes termos:

Quanto à descrição do loteamento:

Área total do terreno – de 27.548,50m² passa a

24.883,50m²;

- Mais é proposto que a aprovação fique condicionada:

- retificação do quadro síntese que deverá nos lotes n.ºs 24 e 25, na coluna da Tipologia, indicar Moradia Isolada Escalonada;

- ainda no quadro síntese deverão ser incluídos os desenhos esquemáticos do tipo de moradia em banda pretendido.

Deliberação n.º 503: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 6/86, lote 16 – Zambujal – CASCUZ (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 16 destinado a equipamentos gerais, a área de cedência de 1.074,00m² destinada a construção social e a área de cedência de 2.665,00m², do alvará n.º 7/1990, destinada a equipamento.

Visa também a retificação da planta síntese do alvará de loteamento n.º 6/1986 por forma a que deixe de fazer referência aos lotes n.ºs 14 e 14A uma vez que estes fazem parte integrante do alvará 7/1990 de 04/06/1990.

A área dos lotes é alterada bem como a área total do loteamento

São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos anteriormente aprovados.

É alterada a planta síntese do alvará de loteamento.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida, nos seguintes termos:

Quanto à descrição do loteamento:

Área loteada – de 9.137,50m² passa a 10.616,00m²;

Área total de lotes – de 6.330,50m² passa a 8.883,50m²;

Quanto à descrição dos lotes:

Lote n.º 16

Área do lote 16 – de 400,00m² passa a 4.139,00m² Utilização – Mantém-se (Equipamento Social);

- Mais é proposto que a aprovação fique condicionada a:

- Retificada o quadro síntese do alvará de loteamento no lote n.º 13, cuja área deverá ser de 661,00m² e não 651,00m²;

- Clarificada a planta síntese do alvará de loteamento no que diz respeito ao lote 16 que deverá ser um todo (não ter limite divisório) e indicar que a utilização do lote é para equipamento social;

- Retificado na planta síntese do alvará de loteamento o número do alvará relativo à área de cedência que se presente anexar ao lote, de 2.665,00m², que deverá ser alvará 7/90 e não 4/90;

Deliberação n.º 504: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 10/86, lotes 4B e 4C – Rua da Laranjeira n.º 40 e 42 – Maçã – Emilio Graça e Maria José Graça (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre os lotes n.ºs 4B e 4C e visa a alteração das áreas e dos limites dos lotes n.ºs 4B e 4C (redistribuição de área entre ambos os lotes) e na alteração da planta de implantação onde são criados 2 polígonos de implantação para telheiros e um para galinheiro.

Não são alterados os parâmetros urbanísticos.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida, nos seguintes termos:

Quanto à descrição do loteamento:

Não são alterados os parâmetros globais do loteamento.

Quanto à descrição dos lotes:

Lote 4B:

Área do lote: passa de 1.292,00m² para 1.384,00m²;

Limites e polígono de implantação: de acordo com a planta síntese;

Lote 4C:

Área do lote: passa de 606,00m² para 514,00m²;

Limites e polígono de implantação: de acordo com a planta síntese.

Deliberação n.º 505: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 2/84, lote 23 – Charneca da Cotovia – Ermelinda Baptista (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 23, contemplando a criação de mais um polígono de implantação para um anexo junto à estrema nascente do lote.

É ainda alterada a planta síntese do loteamento.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto às características do loteamento:

São mantidos todos os parâmetros urbanísticos referentes ao loteamento.

Quanto às características do lote n.º 23:

- É criado um polígono de implantação para anexos na planta síntese do loteamento.

São mantidos todos os parâmetros urbanísticos referentes ao lote.

Deliberação n.º 506: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 13/86, lote 2 – Corredoura – Gracinda Redondo, Cabeça de Casal da Herança de Manuel Faiais (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 2.

A alteração proposta ao lote n.º 2 visa a anexação de uma área de 500,00 m², anteriormente desanexada por determinação judicial, passando o lote a ficar com 1000,00 m². Os parâmetros urbanísticos para o lote n.º 2 definidos no alvará vinham discriminados como “já construído”. Com a presente proposta é estipulada a área de construção, n.º de pisos e n.º de fogos.

Foi efetuada consulta pública, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto à descrição da alteração ao loteamento:

Área total do loteamento: passa de 8.271,50 m² para 8.771,50 m², pela junção do prédio n.º 9013 com 500,00 m²;

Área total dos lotes: passa de 8.271,50 m² para 8.771,50 m²;

Área total de construção total do loteamento: passa de 274,96 m² (183,50 m² + construído) para 350,86 m²;

N.º total de fogos: mantém-se (3);

Parâmetros do Lote 2:

Área do lote: passa de 500,00 m² para 1.000,00 m², aumenta 500,00 m² provenientes do prédio n.º 9013;

Área de construção: de “já construído” (91,46m²)

– passa a 167,36m²;
N.º de fogos: de “já construído” (1) – mantém 1;
N.º de pisos: de “já construído” (1 piso + cave) – mantém 1+Cave;
Polígono de implantação: conforme planta síntese do loteamento.
Deliberação n.º 507: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 20/86, lote 294 – Quintinha – Ivo Cerejeira (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 294, contemplando a divisão do lote em dois, tendo os respetivos lotes a designação de 294 A e 294 B e ficando cada um dos lotes com a área de 586,50m².

É ainda alterada a planta síntese do loteamento.
- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto à descrição do loteamento:

N.º total de lotes passa de 106 para 107;

N.º total de fogos passa de 229 para 230;

São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos referentes ao loteamento.

Quanto à descrição dos lotes:

Lote n.º 294 A:

-Área do lote: 586,50m²;

-Finalidade do lote: Moradia unifamiliar;

-Área de ocupação do lote: 105,50m²;

-Número de fogos do lote: 1;

-Número de pisos acima e abaixo da cota de soleira do lote: 2.

Lote n.º 294 B:

-Área do lote: 586,50m²;

-Finalidade do lote: Moradia unifamiliar;

-Área de ocupação do lote: 105,50m²;

-Número de fogos do lote: 1;

-Número de pisos acima e abaixo da cota de soleira do lote: 2.

Quanto às taxas urbanísticas:

-Valor de compensação por cedência de área em falta – 63,00m² (artigo 11.º do RTCRAU: 5,067,97€)

Deliberação n.º 508: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 7/85, lote 2 – Aldeia do Meco – Irene Coelho (Vice-Presidente)

O presente pedido incide exclusivamente sobre o lote n.º 2, contemplando a alteração da STP de 20,00m² para 100,00m² e a alteração da tipologia, passando de garagem/arrumos para comércio/habituação, aumentando assim o número total de fogos do loteamento.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida.

Quanto à descrição do loteamento:

Área total do terreno – mantém-se;

N.º total de lotes – mantém-se;

Somatório da área total dos lotes – mantém-se;

N.º total de fogos – de 3 passa a 4 (mais 1 fogo);

Área total de construção – de 446,00m² passa a 526,00m² (mais 80,00m²);

Quanto ao Regulamento do Loteamento: Não há alteração

Quanto à descrição do lote:

Lote n.º 2

Área do lote 2 – Mantém-se (583,00m²);

Área de construção – de 20,00m² passa a 100,00m² (mais 80,00m²);

N.º de pisos – de 1 passa para 2;

N.º de Fogos – de 0 passa 1 (mais 1);

Área de implantação – de 20,00m² passa a 100,00m² (mais 80,00m²);

Tipologia – de Garagem/Arrumos passa a Comércio/Habituação;

Há lugar à compensação de 63,00m² de área de cedência em falta (28,00m² de espaços verdes e de utilização coletiva e 35,00m² para equipamentos de utilização coletiva).

Deliberação n.º 509: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 7/98, lotes 56 e 62 – Urbanização Vale Bom e da Mó – Charneca da Cotovia – Pan Sensen e Luís Vieira (Vice-Presidente)

O presente pedido incide sobre os lotes n.º 56 e 62, contemplando a alteração da área dos lotes e os respetivos polígonos de implantação.

É ainda alterada a planta síntese do loteamento.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração pretendida, nos seguintes termos:

Quanto às características do loteamento:

São mantidos os parâmetros urbanísticos referentes ao loteamento.

Quanto às características dos lotes:

Lote n.º 56:

- Área do lote passa de 576,00m² para 536,80m²;

São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos referentes ao lote 56.

Lote n.º 62:

- Área do lote passa de 569,00m² para 608,20m²;

São mantidos os restantes parâmetros urbanísticos referentes ao lote 62.

Deliberação n.º 510: Aprovado, por unanimidade.

Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 13/86, lote 1A – indeferimento – Corredoura – Mário Neto e Maria Antonieta Neto (Vice-Presidente)

Atendendo ao parecer técnico de arquitetura, relativo à alegação ao abrigo do CPA sobre a intenção de indeferimento do pedido de alteração à operação do loteamento titulada pelo alvará 6/1986, relativa ao lote n.º 1A, verifica-se que os pressupostos pelos quais foi proposto o indeferimento do pedido (incumprimento do PDM) não foram ultrapassados,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere o Indeferimento do pedido, em conformidade com o exposto no parecer técnico.

Deliberação n.º 511: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

Contrato de prestação de serviços – emissão de parecer prévio

(Vice-Presidente - Pelouro de Recursos Humanos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração do seguinte contrato de prestação de serviços:

- Aquisição de técnicos especializados de atendimento e acompanhamento a crianças e jovens em risco, no âmbito da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Sesimbra (Informação n.º 33.824, de 26/06/2023).

Deliberação n.º 512: Aprovado, por unanimidade.

Contrato de prestação de serviços – emissão de parecer prévio

(Vice-Presidente - Pelouro de Recursos Humanos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração do

seguinte contrato de prestação de serviços:

- Aquisição de técnico na área de saúde e bem-estar para o projeto “Sempre a mexer para não envelhecer” (Informação n.º 41.159, de 2/08/2023).

Deliberação n.º 513: Aprovado, por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Aquisição de Combustível rodoviário simples a granel e em postos de abastecimento para toda a frota da autarquia – abertura de procedimento – consulta prévia – júri – designação (Vereador - Pelouro de Gestão do Património e Aproveitamento)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere:

1 – Dinamizar um procedimento de consulta prévia;

2 – Fixar em 9 dias o prazo para apresentação das propostas;

3 – A fixação do preço base, como parâmetro base do preço contratual em 770.000,00€ acrescidos de IVA e fixado tendo em conta os perfis de consumo da autarquia durante o período de 01/01/2022 e 31/12/2022 e a flutuação dos preços verificada semanalmente, repartidos da seguinte forma:

Consultar em: www.sesimbra.pt

4 – Que o prazo de execução do contrato seja de 12 meses;

5 – A adoção do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade do mais baixo custo e de acordo com a fórmula constante do anexo III do Convite;

6 – Que o prazo da obrigação da manutenção das propostas seja de 120 dias;

7 – A aprovação do Convite e do Caderno de Encargos (em Anexo);

8 – Que o procedimento seja conduzido pelos serviços;

9 – Sejam convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades:

Repsol Portuguesa, S.A.

Petrogal, S.A.

B2Mobility GmbH

BP Portugal, S.A..

10 – Os esclarecimentos sejam prestados pelo júri;

11 – O valor da caução seja fixado em 5% do preço contratual;

12 – Para a condução do procedimento seja designado o Júri composto pelos seguintes elementos:

Dr. Leonildo Rui Ferreira Cachão (presidente)

Dr. Rui Fernando Graça Augusto (substituto do presidente)

Dr. Pedro Filipe Pereira da Silva

Eng.º Fernando Joaquim Carapinha Batalha Alves (vogal suplente)

Dr. António Rafael Fernandes Mendonça

Dada a complexidade deste procedimento, para apoiar o júri nas suas funções, a designação da responsável da Unidade Técnica da Apoio à Contratação Pública da Divisão de Assuntos Jurídicos, Dr.ª Carmen Sofia Pereira Rosa, como Perita interna.

13 – Trata-se de uma despesa com efeitos financeiros no próximo ano e seguinte;

A despesa consta das Grandes Opções do Plano aprovadas pela Assembleia Municipal.

Deliberação n.º 514: Aprovado, por unanimidade.

Nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde – resposta a pedidos de esclarecimentos e listas de

trabalhos de suprimento de erros e omissões – retificação do mapa de quantidades de trabalho – aprovação – ratificação (Vice-Presidente) (Vice-Presidente)

Considerando a informação técnica n.º 43255, de 11/08/2023,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, ratificar o despacho da Vice-Presidente de 14 de agosto, que aprovou o seguinte:

- o Mapa de Quantidades de Trabalho final retificado em 2023-08-11, pela ARSLVT, conforme anexo à presente proposta.

- disponibilizar os esclarecimentos prestados, as retificações efetuadas e os suprimentos dos erros e omissões na plataforma eletrónica junto às peças processuais, notificando-se todos os interessados.

Deliberação n.º 515: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de refeições em regime de refeição local e de refeições transportadas para as escolas do concelho de Sesimbra 2023/2024 – adjudicação, minuta e designação de gestores – aprovação – ratificação (Vice-Presidente) (Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho da Vice-Presidente de 8.agosto.2023, que aprovou:

- as propostas contidas no Relatório Final de Análise, procedendo à adjudicação da proposta da concorrente GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., pelo valor total 1.886.438,40€, correspondendo o valor de 665.306,40€ ao lote 1, e o valor de 1.221.132€ ao lote 2, aos quais acresce o IVA à taxa legalmente devida (13%),

- designar as técnicas da Divisão de Educação Anabela Pinto Gonçalves e Ana Margarida Pinto Marçalo Dias como gestoras do contrato, sendo que esta última substitui a primeira nas suas faltas e impedimentos;

- a Minuta do Contrato.

Deliberação n.º 516: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de refeições em regime de refeição local e de refeições transportadas para as escolas do concelho de Sesimbra 2022/2023 – modificação objetiva do contrato – ratificação da minuta, retificação do contrato e ratificação do ato de gestão do contrato (Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a ratificação da aprovação da respetiva minuta pelo Presidente da Câmara;

- a ratificação do contrato e na cláusula 2.ª onde se lê: “[...] comprometendo-se o Primeiro Contratante a pagar à Segunda para pagamento daquelas refeições a quantia de 407.252,00 € (quatrocentos e sete mil duzentos e cinquenta e dois euros)” deve ler-se: “comprometendo-se o Primeiro Contratante a pagar à Segunda para pagamento daquelas refeições a quantia de 360.400 € (trezentos e sessenta mil e quatrocentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor que perfaz o total de 407.252,00 € (quatrocentos e sete mil duzentos e cinquenta e dois euros);

- a ratificação do ato de gestão do contrato que determinou a continuidade da prestação do serviço, tendo o mesmo efeitos retroativos a 1 de junho de 2023, em virtude da necessidade de fazer prevalecer o interesse público subjacente ao fornecimento das refeições escolares.

Deliberação n.º 517: Aprovado, por unanimidade.

Fornecimento de refeições em regime de refeição local e de refeições transportadas para as escolas do concelho de Sesimbra 2022/2023 – acerto do valor a pagar pela reposição do equilíbrio financeiro (Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

- É proposto que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 da cláusula 4.ª do contrato inicial e da alínea a) do art.º 312.º CCP, delibere proceder ao acerto do valor a pagar a título de reposição do equilíbrio financeiro, pagando ao cocontratante o valor de 56.581,74€ + IVA, perfazendo um total de 63.937,37€ correspondente ao valor das refeições efetivamente servidas e que excederam o valor das refeições previstas no contrato.

Deliberação n.º 518: Aprovado, por unanimidade.

Requalificação dos campos relvados sintéticos de futebol do concelho de Sesimbra – adjudicação – ratificação (Vice-Presidente) (Vice-Presidente)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, ratificar o despacho da Vice-Presidente de 7.agosto.2023 que aprovou o seguinte:

- As propostas contidas no Relatório Final, procedendo à adjudicação da proposta da concorrente Mondo Portugal, S.A. pelo valor de 389.711,50€, acrescido de iva à taxa legal;

- Designar como Gestora do Contrato, a Eng.ª Maria Inês Gouveia;

- A Minuta do Contrato.

Deliberação n.º 519: Aprovado, por unanimidade.

Requalificação da Mata da Vila Amália – receção provisória parcial – aprovação – ratificação do ato (Vice-Presidente)

Considerando a informação técnica n.º 40822, de 01/08/2023,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do art.º 164.º CPA, ratificar a decisão do diretor de fiscalização da empreitada da receção provisória parcial da mesma e fixação de prazo de 45 dias para execução dos trabalhos, conforme auto anexo à presente proposta.

Deliberação n.º 520: Aprovado, por unanimidade.

Reabilitação de Habitação Social – Bloco da Mata, Sesimbra – não receção provisória 2.ª situação – aprovação – ratificação do ato (Vice-Presidente)

Considerando a informação técnica n.º 43000, de 10/08/2023,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do art.º 164.º CPA, ratificar a decisão do diretor de fiscalização da empreitada em causa, da não receção da mesma e a fixação de prazo de 45 dias para execução dos trabalhos em falta, conforme auto anexo à presente proposta.

Deliberação n.º 521: Aprovado, por unanimidade.

Reabilitação de Habitação Social – Bloco da Mata, Sesimbra – revisão de preços definitiva do reequilíbrio financeiro – AM 01 ao AM 06 – aprovação (Vice-Presidente)

Considerando a informação técnica n.º 23967, de 26/10/2022,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere, aprovar o pagamento da revisão de preços definitiva, do 1.º ao 6.º auto do reequilíbrio financeiro da obra em causa, conforme previsto na

cláusula 41.ª do caderno de encargos, no valor de 2.445,81€, ao qual acresce o IVA à taxa de 6%, totalizando 2.592,56€, conforme mapa anexo à presente proposta.

A presente empreitada foi adjudicada por deliberação de Câmara, na sua reunião de 13/05/2020, pelo valor de 2.095.923,61€ à firma Cobeng, Ld.ª. *Deliberação n.º 522: Aprovado, por unanimidade.*

Mercado Municipal da Quinta do Conde – transferência de titularidade da loja n.º 1 destinada à atividade de prestação de serviços de canalizador para a firma Camarão & Marques, Ld.ª (Vereadora - Pelouro de Economia Local e Gestão de Equipamentos)

- É proposto que a Câmara Municipal delibere a transferência de titularidade da loja n.º 1 destinada à atividade de prestação de serviços de canalizador, de Rúben Filipe Loureiro Marques, para a firma, da qual é sócio-gerente, Camarão & Marques, Ld.ª

Deliberação n.º 523: Aprovado, por unanimidade.

Programa DigitALL – competências técnicas digitais dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos e dos professores – protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Sesimbra e o Agrupamento de Escolas da Boa Água – minuta – aprovação (Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

O Programa DigitALL tem por objetivo colaborar com os agrupamentos de escolas no desenvolvimento de competências técnicas digitais dos alunos dos 1.º e 2.º ciclos e dos professores, na promoção da literacia digital e na construção de uma cidadania digital.

- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do protocolo de cooperação.

O apoio solicitado visa essencialmente aspetos logísticos e passíveis de apoiar por parte dos serviços do município, não implicando qualquer custo associado para a dinamização do mesmo. *Deliberação n.º 524: Aprovado, por unanimidade.*

Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a Associação Externato de Santa Joana – ano letivo 2023/2024 – renovação – minuta e subsídio mensal – aprovação (Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

- É proposto que a Câmara delibere aprovar a renovação do referido protocolo, pelo período de 12 meses, de 1 de setembro/2023 a 31 de agosto/2024, bem como a aprovação do respetivo subsídio mensal no valor de 3.600,00€ *Deliberação n.º 525: Aprovado, por unanimidade.*

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho – apoio a aluno para frequência na componente de apoio à família – junho – retificação da deliberação de 2.agosto.2023

(Vice-Presidente - Pelouro da Educação)

Dado a proposta n.º 35753 aprovada em reunião de Câmara no passado dia 2 de agosto, relativa ao Apoio para a frequência de 1 aluno na Componente de Apoio à Família (mês de junho)

- Atribuição de subsídio eventual à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, apresentar um erro no que respeita à Associação à qual o subsídio se refere,

- É proposto que a Câmara Municipal delibere proponho que a Câmara delibere retificar a deliberação de 02.agosto.2023, pelo que:

Onde se lê: "Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho",
Deve ler-se: "Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sampaio".
Deliberação n.º 526: Aprovado, por unanimidade.

XI Mostra de maçã camoesa, doçaria e pão – normas de funcionamento e participação – aprovação
(Vereador - Pelouro de Pescas, Ruralidade e Apoio ao Empresário)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere o seguinte:
- a realização da XI Mostra da Maçã Camoesa, Doçaria e Pão, nos dias 07 e 08 de outubro, na Moagem de Sampaio;
- a aprovação das Normas de Funcionamento e Participação da "XI Mostra de Maçã Camoesa, Doçaria e Pão", em anexo à presente proposta.
Deliberação n.º 527: Aprovado, por unanimidade.

Alteração ao modo de atualização de rendas em vigor e suspensão da sua atualização para o ano civil de 2024 – aprovação
(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere:
- As rendas apoiadas passarem, a ser atualizadas por prova de rendimentos nos anos pares e por aplicação do coeficiente publicado em DR em anos ímpares, sendo a aplicação desta regra transversal a todo o parque habitacional municipal.
- Em relação às rendas com caução, não pagariam no mês de dezembro de 2023 a renda relativa a Janeiro de 2024, pagando então em Janeiro a renda do próprio mês, ficando assim acertados com todos os inquilinos que já se encontram a pagar o mês corrente conforme o previsto na lei.
- Que se mantenha a suspensão da atualização de rendas para o ano de 2024, salvo nas situações em que o cálculo determine uma descida do valor da renda, sendo de aplicar o valor calculado, de forma a não prejudicar quem teria direito a uma redução.
Deliberação n.º 528: Aprovado, por unanimidade.

Habitação Municipal da Almoinha – resolução do contrato de arrendamento, relativo ao fogo sito na Rua António Carneiro, corpo A, 1.º eq.º – Ana Paula Pascoal – revogação da deliberação de 24.maio.2023
(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere revogar a deliberação de 24 de maio de 2023, mantendo-se o contrato de arrendamento em vigor.
Deliberação n.º 529: Aprovado, por unanimidade.

Habitação Municipal da Almoinha – resolução do contrato de arrendamento, relativo ao fogo sito na Rua António Carneiro, Bloco B, 3.º dt.º – Cláudio Coimbra
(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento para resolução do contrato de arrendamento com Cláudio Albano Coimbra, inquilino municipal, residente na Rua António Carneiro, Bloco B, 3.º dt.º, na Almoinha, por incumprimento do pagamento de rendas.
Deliberação n.º 530: Aprovado, por unanimidade.

Habitação Municipal do Zambujal – resolução do contrato de arrendamento, relativo ao fogo sito na Rua do Polidesportivo, lote C, 1.º dt.º – Iara Garrau e Rodrigo Garrau

(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento para resolução do contrato de arrendamento com Iara Regina Polido Garrau e Rodrigo Ângelo Polido Garrau, inquilinos municipais, residentes na Rua do Polidesportivo, lote C – 1.º Dt.º, no Zambujal, por incumprimento na entrega de documentos comprovativos do rendimento.
Deliberação n.º 531: Aprovado, por unanimidade.

Habitação Municipal de Sesimbra – resolução do contrato de arrendamento, relativo ao fogo sito na Praceta dos Descobrimentos, n.º 5, 1.º andar – Susana Silva
(Vice-Presidente - Pelouro de Habitação)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento para resolução do contrato de arrendamento com Susana Margarida Pacheco da Silva, inquilina municipal, residente na Praceta dos Descobrimentos, n.º 5, 1.º andar, em Sesimbra, por incumprimento do pagamento de rendas.
Deliberação n.º 532: Aprovado, por unanimidade.

Corte de trânsito para a realização da procissão em Honra de Nossa Senhora da Luz – aprovação
(Vice-Presidente)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere aprovar o corte de trânsito no dia 10 de setembro das 19,00 h às 20,00 h na EN 379, no troço compreendido entre a rotunda da Moagem de Sampaio (Km 12 + 230) e a calçada das Oliveiras (Km 13 + 0,12) e respetivos acessos.
Deliberação n.º 533: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Festas – Festas em Honra de Nossa Senhora D'El Carmen'2023 – organização – subsídio eventual
(Vice-Presidente)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 7.000,00€, destinado a fazer face às despesas com a organização dos festejos.
Realiza-se de 18 a 22 de agosto
Deliberação n.º 534: Aprovado, por unanimidade.

Associação Espuma do Mar – Festas em Honra de Nossa Senhora da Luz'2023 – organização – subsídio eventual
(Vice-Presidente)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 7.000,00€, destinado a fazer face às despesas com a organização dos festejos.
Realiza-se de 8 a 10 de setembro
Deliberação n.º 535: Aprovado, por unanimidade.

Comissão de Festas – Festas em Honra de Nossa Senhora do Cabo Espichel'2023 – organização – subsídio eventual
(Vice-Presidente)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 4.000,00€, destinado a fazer face às despesas com a organização dos festejos.
Realiza-se nos dias 22 a 24 de setembro
Deliberação n.º 536: Aprovado, por unanimidade.

Federação Portuguesa de Matraquilhos e Futebol de Mesa – Campeonato do Mundo 2022, em França – internacionalização do atleta sesimbrense José Luís – subsídio eventual e celebração de contrato de programa
(Presidente - Pelouro do Desporto)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere

atribuir um subsídio eventual no valor de 97,50€, para fazer face às despesas inerentes à internacionalização do atleta sesimbrense José Luís e a celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo.
Deliberação n.º 537: Aprovado, por unanimidade.

Clube Naval de Sesimbra – programa de apoio ao associativismo sesimbrense – Campeonato do Mundo da Pesca Submarina e no Campeonato do Mundo de Áudio Visuais – apoio à participação de atletas – subsídio eventual e celebração de contrato de programa
(Presidente - Pelouro do Desporto)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 7.319,20€, para fazer face às elevadas despesas que o clube terá para garantir a participação dos 8 atletas e a celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo.
- Campeonato do Mundo de Pesca Submarina realiza-se de 21/08/2023 a 10/09/2023, em Espanha
- Campeonato do Mundo de Áudio Visuais realiza-se de 06/10/2023 a 14/10/2023, em Cuba
Deliberação n.º 538: Aprovado, por unanimidade.

Surf Clube de Sesimbra – programa de apoio ao associativismo sesimbrense – aquisição de prancha de SUP e cadeira adaptada – subsídio eventual e celebração de contrato de programa
(Presidente - Pelouro do Desporto)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 2.923,36€, para a aquisição de uma prancha de SUP e de uma cadeira adaptada, para apoio a pessoas com deficiência e a idosos com dificuldades motoras, a ser liquidado mediante apresentação de documentos comprovando a sua compra e a celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo.
Deliberação n.º 539: Aprovado, por unanimidade.

Associação Desportiva "O Mundo da Corrida" – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – 28.º Sesimbra Night Run – subsídio eventual e celebração de contrato de programa
(Presidente - Pelouro de Desporto)
- É proposto que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio eventual no valor de 2.589,00€, para a organização da iniciativa, a ser pago somente após a associação obter o licenciamento da prova junto da autarquia e a celebração de contrato programa de desenvolvimento desportivo.
A prova realiza-se a 23 de setembro de 2023, com uma estimativa de 300 atletas
Deliberação n.º 540: Aprovado, por unanimidade.

III.PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Encerrado o Período da Ordem do Dia, foi aberto o período de intervenção ao público, intervindo os seguintes munícipes:
Senhor José Prieto morador na AUGI 2, na Lagoa de Albufeira para abordar duas questões:
- se a AUGI 2 tinha dívidas à Câmara Municipal, uma vez que a Comissão de Administração lhe havia dito que estava tudo pago, sendo assim qual o motivo para não ser concluída a Avenida das Acácias;
- se estava prevista a abertura de algum supermercado na Lagoa de Albufeira, ou se era viável a construção de um hipermercado num lote junto ao Mercado Levante da Lagoa de Albufeira.
Senhor Juan Lago Romero residente permanente na Vila de Sesimbra desde 2012, para expor o problema que há 12 anos afetava muitos moradores

que utilizavam o elevador público na Praça da Califórnia, pois este raramente funcionava e as escadas principais de acesso ao mesmo, também públicas, encontravam-se muito sujas e degradadas, solicitou uma solução por parte da Câmara Municipal.

Senhor Agostinho Tecelão morador perto do Moinho do Outeiro, na Azoiá, para perguntar se na zona onde residia era permitido a utilização da telha sanduíche, porque a informação que lhe havia sido transmitida por um funcionário da autarquia ocasionou um mal entendido com o seu vizinho.

Perguntou ainda, se havia alguma informação sobre o assunto já abordado noutras reuniões relativamente ao corte dos cedros que confrontavam com o seu terreno e com a via pública.

Senhor Virgílio Trindade morador na Vila de Sesimbra, para abordar duas questões:

- relativamente ao parque de estacionamento de terra batida junto ao Minipreço, uma vez que era pago, se a Câmara Municipal o poderia alcatroar;
- saber o que se passava com as obras da Mata da Vila Amália, principalmente no Beco, porque na sua opinião estavam a ser mal feitas uma vez que não souberam ver as cotas da rua.

Senhor André Vaz morador na Rua José Relvas, na Quinta do Conde, para dizer que frequentemente ocorriam várias pragas de baratas e lagartas do pinheiro, entre outras, na zona onde residia, pelo que solicitava a intervenção da Câmara Municipal para a resolução deste problema.

O Senhor Vereador Enf.º Miguel Fernandes sobre a questão da AUGI 2, na Lagoa de Albufeira esclareceu que as AUGI 1, 2 e 3 tinham uma particularidade relativamente ao Ordenamento do Território, porque os terrenos naquela zona incluíam a Reserva Hídrica, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, sendo que a titularidade e a gestão de todo aquele território não era exclusivo da Câmara Municipal o que levava ao prolongamento de todo o processo de reconversão.

Relativamente às taxas urbanísticas disse que ainda não estavam concluídas, mas que a autarquia tinha valor adiantado por parte das AUGI.

Em relação à Avenida das Acácias disse que sendo esta uma via estruturante era da responsabilidade do município. Referiu que havia tido uma reunião com a Comissão de Administração, numa lógica de acompanhamento, no sentido de perceber o ponto de situação, tendo havido de alguma forma a concertação e disponibilidade por parte da Comissão em poder avançar para a construção daquele troço que estava englobado no perímetro dessa AUGI.

Informou que era objetivo do Gabinete do PMAUGI, neste mandato, concluir todas as artérias da Lagoa de Albufeira, fechando todos os troços principais, ficando essa possibilidade sujeita a questões orçamentais.

Relativamente à questão das infraestruturas de comércio e de serviços, para além daquilo que estava planeado em todos os loteamentos previstos, havia uma área para comércio e serviços dentro da Lagoa de Albufeira, haviam três grandes áreas que eram unidades de execução duas delas à entrada da Lagoa que confluíam com a estrada nacional 377 e que tinham em Plano definidas grandes zonas para equipamentos públicos e não públicos. Referiu que as unidades de execução tinham um problema de operacionalidade pelo

facto de estarem em compropriedade e que a solução encontrada pela Câmara Municipal foi definir dentro destas áreas AUGI e dessa forma conseguir executá-las faseadamente. Em concreto não existe nada na Câmara em concreto apenas existia uma declaração de intenção de alguns investidores de adquirirem parte da unidade de execução 1, para rentabilizarem.

Por fim informou que, o que estava previsto dentro do que era o Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira, era um Plano único que definia uma urbanização de toda aquela malha que incorporava os eixos principais, serviços, espaços verdes, comércio e serviços e serviços públicos, salientando que, por ser uma matéria sensível e complexa, qualquer dúvida os municípios poderiam, através do seu email pessoal disponibilizado no site da Câmara Municipal ou do Gabinete do Projeto Municipal das AUGI, solicitar esclarecimentos.

A Senhora Vice-Presidente informou o município Senhor Agostinho Tecelão que era possível a colocação de telha sanduíche, inclusive se fosse uma substituição de telhado e não fosse mexida a sua estrutura era uma obra que não carecia de licenciamento.

O Senhor Vereador Dr. Nelson Pólvora informou o Senhor Agostinho Tecelão que, em relação à questão dos cedros levantada já em reunião anterior, após a mesma se dirigiu ao local para verificar a situação, tendo posteriormente a Câmara Municipal notificado o proprietário.

Em relação à informação sobre a colocação de telhas sanduíche salientou que confiava nos funcionários da autarquia.

Sobre a questão, levantada numa outra reunião sobre o abatimento do alcatrão na rua onde residia, informou que a reposição do asfalto estava prevista para o início de setembro.

A Senhora Vice-Presidente informou o município Senhor Virgílio Trindade que o referido estacionamento não era propriedade da Câmara Municipal até ao presente ano e que não estava previsto o alcatroamento daquele espaço.

A Senhora Vice-Presidente em relação à questão levantada pelo município Senhor Juan Romero confirmou que o elevador do Edifício Mar da Califórnia era um problema antigo lamentando que após tantos anos aquela questão ainda não estivesse resolvida.

Referiu que efetivamente eram acessos públicos, não podendo estar as escadas na situação de limpeza que todos conheciam e que o município relatou, pois estavam sujas e cheias de lixo havendo também uma falta de civismo e de cuidado de um espaço que sendo público era de todos, nem o encerramento do elevador o qual era essencial para garantir a mobilidade não apenas de pessoas com carrinhos de bebés, mas também de pessoas com maior dificuldade de locomoção.

Informou que realmente havia um protocolo entre o Município e o Condomínio ficando definido que a manutenção do elevador era responsabilidade do Hotel do edifício Mar da Califórnia, o qual alegava que estando o elevador aberto ao público era ocupado sistematicamente pelos moradores da parte alta da Vila, ficando os utentes do estacionamento destinado ao Hotel muitas vezes impedidos de o utilizar, porque estava a ser utilizado e por vezes de forma indevida e a resposta encontrada pelo Hotel foi cessar a circulação do elevador nos últimos dois pisos.

Referiu que a Câmara Municipal já havia falado com o Hotel e com o Condomínio não tendo sido ainda possível resolver esta questão a qual

lamentava, porque na sua opinião era obrigação da Câmara Municipal já ter contribuído para a resolução do problema.

Informou que a outra questão era a limpeza das escadas que supostamente era obrigação do Condomínio e não da Câmara Municipal, mas o mesmo não a fazia. Referiu que mesmo não sendo competência do Município as escadas não poderiam estar assim sujas reconhecendo que tem havido alguma incapacidade por parte da Câmara Municipal de fazer cumprir as obrigações quer ao Hotel quer ao Condomínio.

O Senhor Vereador Dr. José Polido informou o Senhor Virgílio Trindade que em relação à questão do Beco o que iria ser feito era ficar exatamente à mesma cota que existia anteriormente na calçada, porque haviam infraestruturas enterradas que não permitiam rebaixar mais.

Evidenciou que a informação que lhe havia transmitido era técnica, ou seja existia o problema do ribeiro que passava ali em frente o que exigia uma intervenção mais complexa que não estava prevista nesta empreitada, pelo que teve de ficar exatamente como estava para não se mexer em todas as infraestruturas que ali estavam enterradas desde cabos elétricos, pluvial, esgoto entre outros. Disse saber que tal informação não era do agrado do Senhor Virgílio Trindade.

A Senhora Vice-Presidente ainda sobre o mesmo assunto disse que iriam, antes da obra estar totalmente concluída, junto dos técnicos, saber se era possível ou não ajustar as obras de modo a minimizar as preocupações do município, em caso de chuvas intensas, pelo que posteriormente iria receber um ofício com informação técnica.

O Vereador Dr. Nelson Polvora sobre a situação relatada pelo município Senhor André Vaz informou que a Câmara Municipal tinha equipas que faziam desbaratização por todo o concelho e que inclusivamente ontem havia sido feita uma repicagem, pelo que as baratas começariam a sair e morreriam, situação que não era possível controlar. Mais informou que de dois em dois anos o produto aplicado era alterado, porque as baratas criavam resistência.

O Senhor Vereador Dr. José Polido ainda sobre o mesmo assunto para complementar a informação já prestada referiu que esta situação de pragas era recorrente e difícil de extinguir e que havia surgido uma nova variante de formigas por todo o concelho que a Câmara Municipal estava a tentar mitigar.

Informou que os serviços camarários iriam ao local avaliar a situação, salientando que nos casos em que as árvores atingidas pelas pragas que estavam em espaços públicos era pedido avaliação à Universidade de Agronomia de Lisboa.

IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – aprovação
Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares habituais estabelecidos na lei, por 5 dias úteis dos 10 dias subsequentes à data do presente.

Sesimbra e Paços do Município, aos 23 de agosto de 2023.

A Vice-Presidente da Câmara,
Dr.ª Felícia Costa

EDITAL

N.º 114/2023/DAJ/UTACP

RETIFICAÇÃO DO 2.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2009

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e da deliberação de câmara de 25 de janeiro de 2023, retificam-se as características dos lotes 2, 3, 4, 5, 7 e 9, do alvará de loteamento n.º 4/2009, de que é titular Carlos Daniel da Silva Covas, contribuinte n.º 118 605 895, Anabela Dias Salgado Covas, contribuinte n.º 148 326 650 e Terracosa – Investimentos Imobiliários, Lda, com o n.º de pessoa coletiva 507 432 770, relativo à operação de loteamento dos prédios sítos no lugar de Cotovia, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descritos na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob os n.ºs 1441 e 1442, da freguesia do Castelo, e inscritos na matriz da mesma freguesia sob os artigos 292, da Secção M e 6131.

A presente retificação incide exclusivamente sobre a 2.ª alteração à licença de loteamento, referente ao processo de loteamento n.º 4/01, e consubstancia-se no seguinte:

1. Quanto às características dos lotes:

Onde se lê:

2.2 Lote 2:

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 6.

Deve ler-se:

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 11.

Onde se lê:

2.3 Lote 3:

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 11.

Deve ler-se:

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 6.

Onde se lê:

2.4 Lote 4:

Área de construção (STP) para habitação: passa de 466,00 m² para 490,00 m²;

Deve ler-se:

Área de construção (STP) para habitação: passa de 466,30 m² para 490,00 m²;

Onde se lê:

2.5 Lote 5:

Área total de construção do lote (STP): 619,00 m²;

Área de construção (STP) para comércio: passa de 00,00 m² para 129,00 m²;

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 5;

Deve ler-se:

Área total de construção do lote (STP): 690,00 m²;

Área de construção (STP) para comércio: passa de 135,00 m² para 00,00 m²;

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 10;

Onde se lê:

2.7 Lote 7:

Número de estacionamento privados: passa de 7 para 8;

Deve ler-se:

Número de estacionamento privados: passa de 8 para 7;

Onde se lê:

2.9 Lote 9:

Área de construção (STP) para habitação: passa de 673,80 m² para 595,00 m²;

Deve ler-se:

Área de construção (STP) para habitação: passa de 673,80 m² para 690,00 m²;

Paços do Município de Sesimbra, 10 de Agosto de 2023

A Vice-Presidente,

Felícia Costa, Dr.ª

EDITAL

N.º 117/2023/DAJ/UTACP

3.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2009

Nos termos do n.º 7 do artigo 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, é emitido o 3.º Aditamento ao alvará de loteamento n.º 4/2009, de 22 de junho, de que é titular Carlos Daniel da Silva Covas, Anabela Dias Salgado Covas e Terracosa – Investimentos Imobiliários, Lda, dos prédios sítos no lugar de Cotovia, freguesia de Sesimbra (Castelo), concelho de Sesimbra, descrito na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob os n.ºs 1441 e 1442, da freguesia do Castelo, e inscritos na matriz da mesma freguesia sob os artigos 292, da Secção M e 6131.

O presente aditamento ao alvará titula a 3.ª alteração à licença de loteamento, referente ao processo de loteamento n.º 04/2001, requerida por Panorama Oportuno, Lda, pessoa coletiva n.º 513 785 833, com sede em Rua das Granjas, lote 11, Granjas Novas, 2620-305, proprietária dos lotes 7, 8 e 9, descritos na Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Sesimbra sob os n.ºs 13828, 13829 e 138230, todos da freguesia do Castelo e inscritos na matriz sob os artigos n.ºs 19903, 19904 e 19905, da mesma freguesia, aprovada por deliberação da Câmara Municipal, datada de 25 de janeiro de 2023.

A alteração à licença plasmada na planta que constitui o anexo I, respeita o disposto no Plano Diretor Municipal de Sesimbra e consubstancia-se no seguinte:

1. Quanto ao lote:

1.1. Quanto ao lote 7:

Definição do limite proposto para a implantação do comércio/estacionamento;

2.1. Quanto ao lote 8:

Alteração da entrada da habitação;

2.2. Quanto ao lote 9:

Paços do Município de Sesimbra, 24 de Agosto de 2023

A Vice-Presidente,

Felícia Costa, Dr.ª